

ARQUIVOS EDUCACIONAIS: Preservação do patrimônio e construção do conhecimento

Prof^a Ms Maria Aparecida Silva de Sousa
Departamento de História – DH
Universidade Estadual Sudoeste da Bahia- UESB
mariaap@uesb.br

Resumo: As pesquisas recentes no âmbito da história local e regional têm revelado amplas possibilidades de estudo sobre temas anteriormente tratados numa perspectiva globalizante, além do que expressam a riqueza e o potencial das fontes documentais, muitas vezes inéditas, configurando a diversidade do patrimônio histórico resultante das ações humanas no tempo e no espaço. Todavia, a identificação e preservação desses acervos ainda se constituem em um lento processo, especificamente para as áreas do interior da Bahia, salvo valorosas exceções. Superar esta deficiência é um desafio para pesquisadores e instituições preocupados com a permanência dos registros históricos em suas múltiplas dimensões. Neste artigo, tratamos brevemente nestas questões objetivando apontar a riqueza do patrimônio histórico regional em variados aspectos e, em particular, sobre a educação.

Palavras-chave: Educação; História Regional; Memória; Patrimônio Histórico.

O debate em torno das questões que norteiam a preservação do patrimônio documental é cada vez mais crescente em nosso país. Todavia, se para os grandes centros essa tendência muitas vezes se reveste em experiências bem-sucedidas de constituição e proteção de acervos de valor histórico, o mesmo não ocorre quando atentamos para a realidade de cidades interioranas, com valorosas exceções e, mais especificamente, para a nossa região. Com efeito, a despeito de diversas tentativas e iniciativas em organizar instituições voltadas para a guarda da memória local e regional, temos conseguido fazer muito pouco – ou quase nada – se considerarmos a dimensão e a riqueza do nosso patrimônio histórico e o crescente processo de destruição a que se encontra submetido. Na prática, o que significa recuperar e preservar o patrimônio documental de uma população residente no sertão da Bahia? Em linhas gerais, esta nos parece uma questão importante para delinear o caminho percorrido até agora e o que ainda está por ser explorado.

Estudos recentes no Brasil têm revelado a valorização de temas de história local e regional, anteriormente desprestigiados, diante de uma perspectiva globalizante, situação invertida somente na segunda metade do século XX, com a realização de pesquisas amplamente amparadas em farta documentação local e regional. Contrariamente, “embora esse interesse pela história local tenha assumido novas características, [...] isso não

correspondeu a uma valorização desse patrimônio coletivo construído ao longo de sucessivas gerações”,¹ a despeito da ampliação gradativa de espaços institucionais destinados à preservação do patrimônio documental no país.

As possibilidades de pesquisa, a partir das fontes documentais produzidas pelos órgãos da administração pública, são bastante extensas. No que diz respeito à história da Bahia, a análise de temas vinculados aos domínios da política, economia, sociedade e cultura revela a dinâmica das áreas sertanejas muitas vezes desprezadas nas investigações circunscritas à capital e/ou ao recôncavo. Tais estudos demonstram que, longe de existir uma uniformização dos processos históricos, as singularidades permitem aflorar a complexidade das sociedades humanas. Conforme atesta Janaína Amado:

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.²

Como se sabe, a tipologia das fontes sujeitas ao domínio do pesquisador não se restringe à documentação escrita. José Mattoso, ao analisar as potencialidades de pesquisa no âmbito da história local e regional, chama a atenção para a diversidade de elementos à disposição do estudioso interessado no tema. Segundo nos informa, a relação estabelecida entre o homem e o espaço habitado produz evidências das transformações proporcionadas por essa articulação, desnudando a historicidade de uma região. Desse modo, a terra e seu processo de ocupação, os poderes religiosos, militares, econômicos e políticos, os símbolos representativos das autoridades, sejam os símbolos imóveis como as torres, catedrais, monumentos, estátuas, pelourinhos etc, sejam os que se transportam e permitem identificar o detentor do poder de mando, como os brasões, coroas, bandeiras, mitras, cruzeiros etc, as manifestações artísticas: a poesia, a literatura, a pintura, a escultura, a arquitetura, enfim,

a monografia local ou regional com o seu estudo da terra e o que ela dá, dos homens que nela viveram, com a reconstituição dos poderes que nela se exercem e aí consomem ou distribuem os bens, com o traçar dos diversos círculos espaciais que a dividem e a envolvem, com a análise da cultura que aí recria e transfigura a realidade – tudo isso ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução, por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica, por outro.³

¹ SILVA, 1999, p. 90.

² AMADO, 1990, p. 12.

³ MATTOSO, 1988, p. 180.

Partindo desse pressuposto, não devemos concluir, todavia, que a história regional se auto-explica, se encerre em si mesma. A ênfase dada no particular não significa a sua desvinculação de um contexto mais amplo ou desarticulado de estruturas mais abrangentes. Caso contrário, corremos o risco de simplificar a análise dos processos históricos ao desconectá-los de uma consistente base teórica.

Nessa perspectiva de alargamento das percepções sobre o social, um indicativo importante é a “redefinição da percepção enrijecida de patrimônio, intimamente associada a uma expressão elitista e circunscrita de cultura.”⁴ Desse modo, entre as diversas possibilidades de atuação para o estudioso interessado em recuperar e conservar a memória de uma região, encontram-se os registros imagéticos e a oralidade.

Pouco utilizada entre nós, como instrumento de produção do conhecimento, a análise imagética possibilita revelar as representações presentes no patrimônio cultural da cidade pois trazem em si mensagens

com diferentes significados para cada um que as lê, diferenças essas que dependem de sua etnia, de seu lugar, de seu tempo, de suas experiências, e que permitem aflorar uma série de conhecimentos sobre estas relações sociais, retratados nas construções civis, religiosas e militares, nas expressões artísticas das fotografias [...], retratados nas manifestações populares, que traduzem uma série de artefatos construídos pelos homens voltados para a subsistência, representação e celebração desse povo, em um tempo e em um lugar, bem como nas manifestações diversas que expressam as crenças e valores interiores, que caracterizam uma maneira de ser, de ver, de sentir o mundo e os homens.⁵

As sociedades contemporâneas têm potencializado o volume de produção e circulação de documentos resultantes da aceleração do tempo do trabalho humano, aliado à facilidade e rapidez dos meios de comunicação. Tais inovações, para a pesquisadora Olga Von Simson, provocam, entre outros danos, a perda da capacidade seletiva do indivíduo, tendo em vista que é obrigado a consumir a informação de maneira acrítica, bem como a eliminação do papel social anteriormente ocupado pelos membros mais velhos de uma sociedade que se incumbiam de transmitir às gerações futuras as experiências consideradas essenciais para a sobrevivência do grupo. Essa função exercida pelos idosos foi aos poucos se dissipando, de maneira mais intensa, na contemporaneidade, “quando cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro da memória (escrita, imprensa, fotografia, vídeo, discos, CDs, DVDs, disquetes etc.)”.⁶

⁴ SILVA, op. cit., p. 90.

⁵ AMORIM, 2003, p. 3.

⁶ VON SIMSON, .

Em função disso, algumas experiências institucionais que fazem uso da história oral como metodologia de pesquisa (a exemplo do Centro de Memória da Unicamp e do CPDOC/FGV) têm obtido resultados valorosos a partir do “trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em suportes materiais diversos”.⁷

Em nossa região, as possibilidades de pesquisa são amplas, não obstante a carência de intervenções que potencializem o patrimônio documental. No que se refere aos acervos para a história da educação em âmbito regional, acreditamos que um primeiro passo é a identificação dos espaços produtores de fontes documentais específicas: escolas, prefeituras, secretarias de educação, câmara de vereadores, arquivos públicos e privados. A incorporação de novas fontes: primárias, iconográficas, literárias, estatísticas, depoimentos orais, documentos oficiais, periódicos, possibilitam uma leitura multidisciplinar dos objetos em estudo.

Nessa perspectiva, a análise de documentos produzidos em períodos anteriores ao século XX pode revelar dados importantes sobre a educação na Bahia e, em particular, sobre as áreas sertanejas. Ainda que esse não tenha se constituído no tema direcional da nossa pesquisa acerca do processo de conquista e ocupação do sertão da ressaca, as fontes contatadas indicam um profícuo campo para novas investigações.

Uma boa referência sobre a situação da educação na Bahia em fins do século XVIII nos é transmitida por Luís dos Santos Vilhena, ele próprio um professor de língua grega em Salvador entre 1787 e 1799, “quando o governo colonial, julgando dispensável a cátedra [...], o jubilou com a metade dos seus vencimentos”.⁸ O cronista português pretendendo fornecer uma breve noção dos estudos na cidade da Bahia, fala sobre a causa da sua decadência; o número de aulas existentes na cidade e na capitania, com o respectivo ordenado dos professores, apresentando dados significativos sobre o ensino no tempo dos jesuítas e após a expulsão destes da colônia portuguesa.

Antes de descrever os inúmeros problemas da educação na capitania, Vilhena expõe a sua definição sobre a importância do ensino para a sustentação dos Estados. Em suas palavras:

São as aulas, os seminários das riquezas mais preciosas que pode ter qualquer Estado, são a mina mais rica, e certa, de onde se extraem os homens grandes, sem os quais não podem subsistir os Impérios, as Monarquias, as Repúblicas; sem eles vacila a Igreja, os Estados perigam, a Justiça deserta, a desordem e iniquidade

⁷ Idem, loc. Cit.

⁸ VILHENA, 1969, p. 17.

campeiam. Mais serviços faz uma pena à sociedade em um dia, do que milhares de espadas em muitos anos [...].⁹

Criticando o recrutamento forçado de estudantes a partir dos doze, treze anos, o que implicava no abandono destes das aulas, bem como os impropérios dirigidos pelos oficiais aos professores quando tentavam interferir em defesa dos seus alunos, Vilhena conclui desalentado: “[é] o que a experiência tem mostrado todos os dias nesta cidade, onde o ser professor e não ser nada é tudo o mesmo”. Mas ele também condena o comportamento de professores e alunos. Enquanto entre os primeiros há “quem dá uma só aula no dia”, a desordem entre os estudantes “é o usual costume de não virem [...] para a Aula antes das nove, ou dez horas da manhã, e das quatro para as cinco da tarde, sem que jamais os professores tenham meios para conseguir o contrário”. Além disso, “nenhum pai, parente ou tutor leva seu filho ou pupilo às Aulas e entrega-os aos professores, motivo porque faltam quando querem, vadiam o que lhes parece, sem que o professor tenha deles notícia [...]”.¹⁰

Ao fim da sua exposição, Vilhena apresenta um mapa bastante ilustrativo do ensino na Bahia em fins do século XVIII, indicando todas as localidades que possuíam escolas, os nomes dos professores, locais de suas residências, as cadeiras que ocupavam e os seus rendimentos anuais. Interessante observar os registros dos débitos de pagamentos e os meses em atraso, chegando alguns a mais de três anos, que, de acordo com o cronista, possibilita “ver o como é quase impossível a subsistência, principalmente dos que nada mais têm que os seus ordenados”.¹¹ Por esse mapa percebe-se ainda que nos cursos régios, além da escrita e da leitura, aprendia-se também retórica, gramática latina, filosofia e grego.¹²

A documentação produzida pelo senado da câmara da vila de Caetitê – à qual o arraial da Conquista estava juridicamente submetido, até a sua emancipação em 1840 – aponta outro leque de problemas sobre o ensino no sertão baiano nos primeiros anos do século XIX: carência de professores, falta de escolas, necessidade de novas cadeiras, atraso no pagamento dos soldos dos mestres etc. A análise das fontes camarárias evidencia uma reiterada inquietação com essas questões sobretudo após a emancipação política do Brasil em 1822.

Eric Hobsbawn, analisando os movimentos nacionalistas do século XIX, assinala alguns elementos importantes para a apreensão do processo de formação do Estado-nação, entre eles a utilização de mecanismos que visavam aproximar os súditos do Estado, acautelando-se contra possíveis posturas subversivas e dissidentes:

⁹ Idem, *ibidem*, p. 280.

¹⁰ *Ibidem*, p. 282.

¹¹ *Ibidem*, loc. Cit.

¹² *Ibidem*, p. 272 e p. 290.

A “nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado – para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado e, talvez, acima de tudo, para a classe.¹³

Desse modo, chama a atenção para o aspecto da educação como recurso fundamental não somente para atender a nova estrutura administrativa do Estado, como também para “ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos”,¹⁴ o que fez da escola primária, no último quartel do oitocentos, uma presença indispensável na maioria dos países europeus. Com efeito, na documentação analisada, mesmo para um período anterior, é perceptível a constante preocupação dos vereadores com a ausência de escolas e professores no sertão baiano, impossibilitando a educação de meninos e meninas "para aumento e prosperidade do Império". Em 1829 eram poucos os alunos que tinham acesso à escola: "não há na vila e nem em todo o seu termo aulas de primeiras letras públicas e só existem duas particulares: uma nesta vila [Caetité] que tem 22 alunos e outra no arraial da Conquista com 13", informou um dos oficiais, ressaltando o sacrifício dos pais para garantir a seus filhos "[...] as pequenas e rasteiras luzes de ler e escrever".¹⁵

Ruddy Aquino Wanderlei pesquisando sobre o arraial da Conquista na primeira metade do oitocentos, concluiu que em fins dos anos trinta eram freqüentes os ofícios solicitando pagamento de rendimentos, atestados de função, criação de cadeiras. Matérias analisadas pelo senado da câmara que também decidia quem devia ensinar, onde e quando. Por essa época, existiam apenas professores de “primeiras letras” nos distritos e o ensino de cadeiras como Latim ou a instrução primária para meninas, acabavam restritas à sede da vila.¹⁶

Outro dado interessante foi a disputa entre as vilas de Rio de Contas e Caetité, após a emancipação desta em 1810, quando se tratava da nomeação de professores ou da criação de novas cadeiras, o que gerava ataques de ambos os lados buscando depreciar as condições estruturais do município vizinho no sentido de atrair algum tipo de benefício por parte da presidência da província. Em 1833, por exemplo, quando o governo provincial decidiu criar em Rio de Contas as cadeiras de filosofia, retórica, geometria e francês, imediatamente os vereadores de Caetité protestaram contra a escolha do local por considerá-lo impróprio, apresentando suas razões:

¹³ HOBBSBAWN, 2001, p. 212.

¹⁴ *Ibidem*, loc. Cit.

¹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Correspondência da Câmara de Caetité (1833-1872)*. Maço nº 1276.

¹⁶ WANDERLEI, 2001.

1º porque a vila do Livramento de Rio de Contas já foi a mais populosa da comarca, mas hoje pela emigração dos seus habitantes [...] acha-se reduzida a um perfeito estado de impopulação e decadência;
2º porque os contornos da vila do Rio de Contas [...] não produzem os víveres necessários para a sustentação de seus poucos habitantes;
3º Finalmente, porque a vila do Rio de Contas apresentou em suas aulas primárias um número de alunos que está em relação a esta justamente na razão direta do número e da civilização de seus habitantes.¹⁷

Conforme ressaltaram, a vila de Caetité, ao contrário, oferecia todas as condições para o estabelecimento das cadeiras: o crescimento da população, comércio dinâmico e mercado com todas as qualidades de víveres. Além disso, já possuía "não só nas aulas de primeiras letras e pública de latim um número de alunos que equivalerá talvez a de todas as outras vilas da comarca e finalmente, nela não reina intriga, primeiro passo para a desmoralização de um povo".¹⁸

Não sabemos qual foi o resultado dos protestos dos vereadores de Caetité. De qualquer forma, no que se refere à Vitória da Conquista, a precariedade das condições de ensino persistiu ainda por muito tempo, pois, de acordo as observações feitas por Durval Vieira de Aguiar, quando aí esteve em fins do século XIX: "[...] por não terem livros liam as crianças pedaços de gazetas ou manuscritos grudados em papelão",¹⁹ referindo-se a uma escola para meninos.

Como assinalamos, esses são apenas alguns indícios de um vasto campo de pesquisa sobre o patrimônio documental e a educação na Bahia, em particular nas regiões sertanejas. Se os problemas nessa área remontam a tempos longínquos e ainda perduram em nossos dias, é preciso compreender e revelar as suas múltiplas dimensões, o que certamente já indica um bom caminho, pois produzir conhecimento significa renovar a crença no homem e em sua capacidade de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEB. Seção Colonial e Provincial. **Correspondência da Câmara de Caetité (1833-1872)**. Maço nº 1276.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da província da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

¹⁷ Correspondência da Câmara de Caetité (1833-1872), loc. cit.

¹⁸ Ibidem, loc. cit.

¹⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 198.

AMORIM, Alexandre Rômulo Alves de. **O patrimônio é história, acontecimento e narrativa.** Uma proposta para o ensino de História através das “Excursões históricas e de Educação Patrimonial”. Recife: UFPE, 2003. (mimeo).

HOBBSBAWN, Eric. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: **A era dos impérios.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MATTOSO, José. **A escrita da história. Teoria e Métodos.** Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII.** (apresentação de Edson Carneiro/anotações de Braz do Amaral). Salvador: Itapuã, v.1, 1969.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento:** o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. Faculdade de Educação e Centro de Memória da UNICAMP (mimeog.).

WANDERLEI., Ruddy Aquino. **Arraial da Conquista: administração e política (1780-1840).** Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), UESB, 2001.